



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 115

11 a 15 de setembro de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



Governo oficializa Reforma Ministerial

Governo cria novo ministério e da posse a novos ministros

Após período de extensa negociação o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), editou decretos que nomeiam os ministros André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (REP-PE) para assumir as pastas do Esporte e Portos e Aeroportos respectivamente.

Essa decisão resultou na inclusão de um membro do Progressistas e outro do Republicanos no governo, ocupando vagas que anteriormente eram de indicação partidária e também pessoal do presidente, ocupadas por Ana Moser, uma ex-atleta, e Márcio França, um aliado do PSB (a sigla do vice-presidente Geraldo Alckmin). França será transferido para o novo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Essas nomeações resultaram na saída de uma ministra técnica da pasta para a inclusão de um ministro partidário, e a fragmentação do Ministério da Indústria e Comércio, já coordenado pelo PSB, para contemplar a nova pasta de Marcio França.

Com a inclusão de novos partido na equipe ministerial o governo pretende ampliar a coalizão de governo, ampliando assim a base de apoio no legislativo. Mesmo com a nomeação dos quadros do PP e Republicanos no governo, ambos os partidos declararam que continuarão com postura de independência na Câmara.

Com a nova configuração a Explanada passa a contar com 38 ministérios.



Ministério do Esporte



Ana Moser (Sem Partido)
Sai



André Fufuca (PP-MA)
Entra

Ministério de Portos e Aeroportos



Marcio França (PSB-SP)
Sai



Silvio Costa Filho (REP-PE)
Entra



Novo Ministério
Ministério do Empreendedorismo, da
Microempresa e da Empresa de Pequeno
Porte

Análise Reforma Ministerial

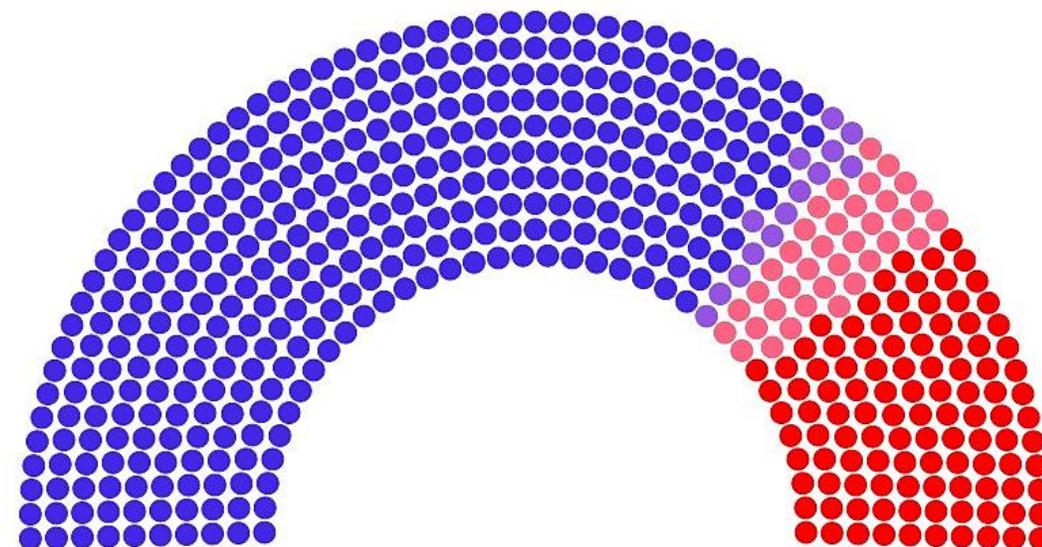
Realizando um exercício com a composição da Câmara dos Deputados, somando os parlamentares dos partidos que passam a integrar o quadro ministerial aos que já integravam a base do governo, temos a seguinte possibilidade de coalizão legislativa:

Imagem – Governo *versus* oposição na Câmara dos Deputados:

Governo x oposição na Câmara

Coalizão de Governo	Bancada	%
PT/PCdoB/PV - UB - PSD - MDB - PDT - PSB - PSOL/REDE - PP - REP	355	69,2
Apoio Legislativo		
PROS/SDD - AVANTE	14	2,7
Coalizão legislativa -	369	71,9
Oposição	Bancada	%
PL - NOVO	108	21,1
Independentes ou sem posicionamento		
PSC/PODE - PSDB/CIDA	36	7,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.



Votos	N
● Coalizão de Governo	355
● Apoio Legislativo	14
● Independentes	36
● Oposição	108

Mapeamento de Ministros de Estado

A Coordenação de Relações Institucionais da OCEPAR junto a OCB, monitora atentamente as atividades da administração pública no dia a dia, acompanhando de perto qualquer ações de impacto na política e consequentemente para o cooperativismo.

Para compartilhar informações rápidas sobre os Ministérios do atual governo, desenvolvemos uma plataforma interativa que oferece um perfil e breve informações sobre cada Ministro de Estado do governo.

A plataforma consiste em cartões informativos que abrangem todos os ministros e ministérios do atual governo, incluindo os atuais titulares e aqueles que foram exonerados. O material consiste em uma plataforma interativa que estará em contante atualização e disponibilização de novos dados.

O mapeamento ministerial estará disponível par ao sistema cooperativista no seguinte link:

[Clique aqui para acessar o mapa de Ministérios de Estado do Brasil](#)

Imagem – Plataforma de mapeamento de Ministros Sistema OCEPAR



Fonte: Elaboração própria.





Câmara dos Deputados aprova Minirreforma Eleitoral

Aprovação da Minirreforma Eleitoral

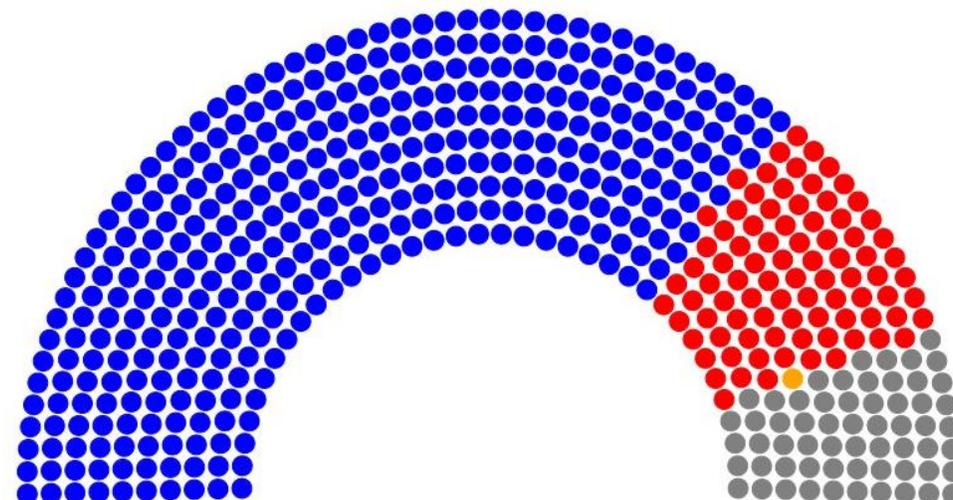
A Câmara dos Deputados aprovou o texto base da Minirreforma Eleitoral nesta quinta-feira, 15/09. Duas propostas concentram os elementos da reforma, o PL 4438/2023 e o PLP 192/2023. O texto base da reforma foi aprovado na quarta-feira com 367 votos a favor e 86 contrários, seguindo-se a votação dos destaques que analisam aspectos específicos do texto.

Entre os principais pontos da proposta, destacam-se mudanças no cálculo das sobras, o funcionamento das federações partidárias nas eleições municipais, o fundo eleitoral e cotas para distribuição de recursos e propaganda eleitoral. Apesar ter sido aprovado por ampla margem de votação, o projeto recebeu críticas de partidos e federações menores, que alegam ser prejudicados pelo novo cálculo das sobras. Outras críticas se referem a alterações nas prestações de contas, à falta de transparência nas doações via PIX e à flexibilidade na utilização do fundo partidário e eleitoral para contratação de serviços.

Entre os deputados paranaenses, apenas os deputados Haully (PODE) e Sargento Faur (PSD) votaram contra a proposta.

As novas regras precisam ser aprovadas até o dia 06/10, na Câmara e no Senado, para serem aplicadas nas eleições municipais de 2024.

Imagem: Resultado da votação da Minirreforma Eleitoral



Sim: 367 Não: 86 Ausentes: 60 Art.17: 1

Fonte: Elaboração própria.

Indicação dos partidos

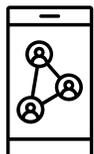
Blocos/partidos	Indicação
BI UB-PP-Fed.PSDB/CIDA-PSB-PDT...	Sim
BI MDB-PSD-REP-PODE	Sim
PL	Sim
Fed. PT-PCdoB-PV	Sim
Fed. PSOL-REDE	Não
Novo	Não
Governo	Liberado
Oposição	Liberado



Principais pontos da Minirreforma Política



Sobras: Revisa o cálculo das “sobras”, que é a distribuição das vagas no legislativo que sobram após aplicação do quociente partidário. A nova regra implementa quatro fases ao cálculo.



Federações Partidárias: Regulamenta as federações partidárias no nível municipal definindo o número de candidaturas e separando os partidos das federações em caso de certidões negativas por falta de prestação de contas.



Candidaturas coletivas: Autoriza e regulamenta as candidaturas coletivas, qualificando-as como decisão interna de cada partido.



Propaganda partidária: Disciplina a propaganda conjunta entre candidatos, flexibiliza o tamanho de adesivos de propaganda para carros, e a utilização de redes sociais durante a campanha e no dia da votação.



Prestação de contas: Disciplina a prestação de contas simplificada.



Cotas: Disciplina as cotas em relação as federações, fundo, e propagara partidária



Registro: Cria regras para identificar eventuais inelegíveis, antecipa a datas das convenções partidária e reduz o prazo para registro de candidaturas